



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO**

**A sabedoria Katitauru como representação da “comuniversidade”:
diálogo intercultural**

PRUDENTE PEREIRA DE ALMEIDA NETO

SALVADOR – BAHIA

2004

**A Sabedoria Katitauru como Representação da
“Comuniversidade”: Diálogo Intercultural**



Foto 1 – Índias do Xingu em caminhada até as roças.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado
Núcleo de Currículo e Tecnologias de Comunicação - NEPEC**

**A Sabedoria Katitauru como Representação da “Comuniversidade”:
diálogo intercultural**

Prudente Pereira de Almeida Neto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação sob a orientação do Professor Dr. Heraldo Peixoto da Silva.

SALVADOR - BAHIA

2004

UFBA / FACED / Biblioteca Anísio Teixeira

A447 Almeida Neto, Prudente Pereira de.

A sabedoria Katitauru como representação da comuniversidade:
diálogo intercultural. / Prudente Pereira de Almeida Neto. - 2004.
268f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2004.

Orientador : Prof. Dr. Heraldo Peixoto da Silva

1. Educação indígena. 2. Educação. 3. Meio ambiente. I. Silva, Eraldo
Peixoto da. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III.
Título.

CDD 370.193 42

A Sabedoria Katitauru como Representação da “Comuniversidade”: diálogo intercultural

Prudente Pereira de Almeida Neto

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Heraldo Peixoto da Silva (Orientador)
Dr. em Engenharia Rural e Meio Ambiente pela Universidade
Politécnica de Madrid-UPM(Espanha)
Prof. do Programa de Pós-graduação FAGED e IGEO/UFBA

Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Dr. em Educação Pública pela Universidade Federal da Bahia
Prof. da Universidade Batista do Brasil-UBB

Prof. Dr. Miguel Angel Bordas
Dr. em Psicolinguística e Semiótica pela Universidade Complutense
de Madrid/UCM (Espanha)
Prof. do Programa de Pós-graduação FAGED

Prof. Dra. Isaura Amélia Rosado
Dra. em Sociologia pela Universidade de Salamanca
Profa.da Escola Superior de Agricultura do Rio Grande do Norte-
ESAM
Secretária Adjunta de Educação do Estado do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva
Dr. em Geografia pela UNESP – Rio Claro
Prof. Titular do Departamento de Geografia/UFC

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, pelo seu exemplo de força e serenidade. À Jane e Pedro, pelo amor visceral em todas as etapas dessa nova vida espiritual. À Candra e Clara, filhas que o destino me reservou como prêmio de ser pai. À Ana Verena, pelo saber cuidar do irmão. À Pat, por iluminar com sua poesia a caminhada realizada. A Domingos Katitauru, pela doação de sua sabedoria. A meu nobre pai, pela herança da determinação. Aos índios do Sararé, pelo conhecimento da simples felicidade.

EM MEMÓRIA

A meu avô Prudente, por ter sido a única pessoa muito especial com quem tive quatro laços afetivos: fui primeiro neto, xará, afilhado e amigo.

Ao Pajé Felipe Serpa, pela sabedoria com que me transmitiu seus ensinamentos, sobretudo, na busca do estabelecimento de novas possibilidades de relação entre universidade e comunidade, e, ao mesmo tempo, novos caminhos de desenvolvimento de grupos humanos.

Agradecimentos

A elaboração desta tese foi uma viagem de aventuras e desventuras pessoais e intelectuais, com breves paradas e muitos acidentes de percurso. Realizá-la seria impossível sem o suporte institucional e, principalmente, sem o apoio afetivo e intelectual das pessoas com as quais, em diferentes momentos, compartilhei caminhos, pousos e encruzilhadas. Ao chegar nesta fase da viagem, cujo resultado é uma síntese de vivência e do sonho que passo a relatar. A alegria de ver renovada uma certeza ímpar: o valor imensurável da amizade, da solidariedade e da ética profissional. Nesta etapa de síntese e formatação da Tese, difícil é registrar sem o risco de esquecimentos, todas as pessoas que me dispensaram carinho e atenção essenciais. Como todos os momentos dessa caminhada foram desafios, vamos tentar mais esse...

À Universidade Federal da Bahia, pelo apoio institucional durante o período de meu afastamento das atividades acadêmicas, à Universidade Federal do Mato Grosso, pela acolhida e co-responsabilidade, à FUNAI – Administração Regional de Cuiabá, pelo apoio logístico, e, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, pelo financiamento de parte da pesquisa.

Aos colegas do Departamento de Produção Animal da Faculdade de Medicina Veterinária da UFBA, professores Roberto Franke, Luís Massa, Adelmo Santana e Adriano, pelo incentivo e apoio. Aos professores Felipe Serpa, Avelar Mutim e Germano Guarim, agradeço pelas ricas discussões com que me brindaram durante o Exame de Qualificação: através de uma leitura atenta do texto então apresentado, apontaram-me fizeram críticas e sugestões pertinentes e valiosas. Ao primeiro velho amigo dos tempos do UFBA em CAMPO, leitor e conselheiro incansável, pelo seu cuidado com o amigo, ocupou o lugar de pai acadêmico. Ao segundo, agradeço pelo seu forte traço sertanejo que me incentivou a buscar a conexão social entre os saberes dessa sociedade desconhecida. Ao terceiro, agradeço a acolhida hospitaleira nos meus primeiros dias de UFMT. Sem me conhecer, abriu-me as portas da instituição, se dispôs a ler o Projeto de Pesquisa que deu origem a esta tese, indicou leituras, apontou problemas e responsabilizou-se por nossa pessoa junto ao Instituto de Educação e a toda UFMT sem dúvida, um estímulo valioso.

Ao professor Heraldo Peixoto da Silva, meu orientador, agradeço a paciência com que tolerou minha indisciplina, o jeito anárquico de produzir e a compreensão com que me ouviu nos momentos de dificuldades. Respeito, críticas e orientações foram as marcas constantes de um ser que, com muita persistência, tolerou a minha audácia.

Ao professor Miguel Bordas pelo incentivo em todas os momentos desta caminhada, especialmente pelo abraço no corredor da FACED

À professora Isaura Rosado, pela disponibilidade em participar da Banca Examinadora com suas inestimáveis contribuições.

Ao sociólogo Paul Healey – hoje, indigenista amazônico – com quem partilhei momentos de busca profunda do conhecimento sertanejo. De Cansação à Chapada Diamantina, da Siribinha a Xingó, fomos operários acadêmicos durante longos e preciosos 13 anos.

Numa última tentativa de não esquecer ninguém, vou nominá-los pelo lugar de nossa amizade. Estado do Mato Grosso: **Jaciara**: Seu Sebastião, Luiz Pivetta, Miguel do Sal, Robinson Tutinha, Gladis, Marly, Éster, Aninha, Seu Luís, Nélia, Mazinho, Eliane, meu compadre Elizeu, Sabrina, Dona Lourdes, Seu Arlindo, Elisandro, Junior, Alex Semenoff, Tomaz, Eurípedes, Pedro Baiano, Pedrinho, Néri, Sandra e a Lucas; **Cuiabá**: Ari da Funai, Darlene Taukane, Marcelo, Seu Eloy, Pedro Correia, Itagiba, Chico Peixe, Carolina Joana da Silva, Germano e esposa, José Mauro e ao professor Barreto; **Cáceres**: Fausto e comandante Ricardo; **Sararé**: Marcelo Fiorini, Cristiane Borella, índios Domingos, Nilo, Tito, Sanai, Danielsú, Paulinho, e as crianças do Sararé, Helena, Tereza, Sérgio e Rita; **Vila Bela de Santíssima Trindade**: Pastor Gustavo; **Wassusú**: índio Joel; **Comodoro**: índio Loike Kalapalo; **índios do Negarotê e Mamaindê**; **aos índios do Camararé**. Estado de Rondônia: índios de Tubarão Latundê. Estado da Bahia: **São Desidério**: Adnilson, Ivanei, seu Gonçalo; **Barreiras**: Leonardo, Barata, Érika, Benito, Taíse, Adriana, Jucelino, Giovanni, Augustinha Fashion, Dona Zilmar, Seu Ademias, Suzete, Marizete, Lísias, Rita, Vera, Elizete, Lobake, Mário Sérgio, Dino e Fernandes; **Rio de Contas**: Jairo e Tania do casarão, Marcão dos arames, e Cassinha artesã, Valter dentista e ao inesquecível Jojó; **Eunapólis**: Mônica, Nildo, Licinho e Lucrécio; **Salvador**: Dona Janete (minha segunda mãe), Maria Helena Bonilla, Nalva Santos, Tico, Amélia, Marcos Dourado, Ana, Mateus, Mariana, Igor, Mário Jorge, Pingüim, Joaquim, Leda, Ricardo Filósofo, Maria Amélia; **Sauípe**: meu compadre Carlão, Zezinho, Vinicius, Mariana, Dona Antonia, Augustão, Zé Burú, Fubanga, Dona Lene da Cocada, Seu Jutahí Góes, Ramon, Adriana, Luci, Dona Lita, Bertugo e Dalva do Acarajé; **Massarandupió**: Dalva, a sua humildade, Bideco e seu trabalho, seu Chiquinho músico e Sorriso das entradas; **Siribinha**: Zelito da Pousada, Dona Etelvina e os seus filhos e o Padeiro de cobó; **Barra Grande**: Teco, Tom Tom e Maria Luísa; **Jussara**: Bego, Dinorá, Dinoraide, Seu Antonio e todo o povo do Morro da Fome; **Entre Rios**: Vô Donana, Tio Beija, Tio Paulo, Tio Diógenes, Tio Lió, Tia Gildete, Tio Joaquim e todos os demais parentes do norte; **Mimoso do Oeste**: Edilamar, Carmelita, Núbia, Rosângela, Eli de Central, Lígia, André, Chico, Marcelo, Leandro, Galega, Alecxandra, Veridiana, Silvano Gatto, Brás, Paulo Magerl e Greice; **Gabaon**: Nenzinha, Mário, Elvira e Marinalvo.

Aos compadres: João Oliveira (arquiteto da fé), Eliseu Athanázio (construtor da humildade) e Edson Vicente (filho de erê); às comadres: Ana Verena (saúde com amor), Adelaide (gaúcha da beleza física), Evielene (cearense da paz) e Cleide (de Lagoa do Oscar) e as minhas afilhadas: Maria, Sabrina, Sanay e Brenda (crianças do século XXI)...

Ao meu nobre filho da estrada Antonio Wilder Parraguez Mendoza, sua esposa Amanda Shakespeare e sua filha Lucia... filhos que o destino me reservou...

A Renan Marcel, pela colaboração na arte final da tese, montagem das fotos e principalmente pela participação ativa na nossa vivência no Oeste baiano....

À professora Cristiane Benjamim, agradeço pelas valiosas contribuições na correção da tese, pois com paciência e critério realizou a revisão final, como se fosse de sua autoria.

À Sílvia Boricha pela tradução do resumo... uma francesa no oeste, amiga fiel e uma prova de coragem!!!

A Deus, agradeço por ter vivido essa experiência... aos homens, pela convivência... e à minha espiritualidade, pela persistência...

QUEM É O PRUDENTE!!!

*Nos primeiros versos
Eu quis ver o “sol se pôr
No olhar de Prud”*

*Era o tempo dos vendavais,
A revolta dos Híppies,
A denúncia dos rebeldes,
Paz, amor
E a dança primitiva dos selvagens:
Rock and roll!*

*Do sertão à Europa,
Prud é estrada,
Caminho de águas claras,
Igarapé.
Vulcão abrindo o solo nordestino
Para os filhos de Tupã.
Cachoeira no agreste
Semente de Pau d’arco em Paris
E neve nos cabelos...*

*Hoje eu quero ver o sol nascer
No olhar de Prud,
Os arrebóis de Picasso.
Os girassóis do Oeste; bússolas do espaço,
O laranja do flamboiant
Em dezembro,
Explodindo em cachos...
No olhar de Prud.*

SUMÁRIO

Introdução	18
Capítulo I – Índio: Um ser desconhecido	32
1. Cenário	42
1.1 .Caracterização da área.....	52
1.2 .Contexto geo-ambiental da Terra Indígena Sararé	55
1.2.1. Diagnóstico dos meios físico, biótico e social	61
1.2.2. Análise dos impactos ambientais	65
1.2.3. Caracterização da vegetação e levantamento de avifauna e mastofauna no cerrado e entorno.....	68
1.2.4. Proposta de recuperação da área degradada por garimpo na Terra Indígena Sararé.....	69
1.2.4.1. Desmatamento ou distúrbios causados à vegetação	69
1.2.4.2. Alterações no leito e margens do córrego Ferrugem	70
1.2.4.3. Avaliação do volume dos morrotes de cascalho e das ca- vas	70
1.2.4.4. Identificação de espécies pioneiras	71
1.3. Ocupação física e gestão atual da área.....	72
2. Atores	74
2.1. Os indígenas	74
2.2. Os agricultores familiares	75
2.3. Os pecuaristas.....	75
2.4. Os extrativistas florestais e mineradores	76
2.5. A sociedade Nambiquara.....	77
Capítulo II – Descortinando os saberes	86
1. Primeiro ato: Sararé dos índios – A Sabedoria	88
1.1. Os nambiquara do Sararé	89
1.2. A região	91
1.3. As águas	93

1.4. A flora	95
1.5. A fauna.....	97
1.6. Aldeias	99
2. Segundo ato: Sararé dos brancos – A delimitação dos territórios	105
2.1. Contexto etno-histórico	105

Capítulo III – O Aprendizado da Comuniversidade e o Diálogo

Inter-cultural	118
1. Terceiro ato: A reocupação do território	122
1.1. Reocupação tradicional.....	123
2. A agricultura e as transformações do meio e sua influência na evolução do conhecimento científico	140
3. Agricultura indígena Katitauru	148
3.1. As relações de trabalho e míticas	152
3.2. O ambiente ecogeográfico	153
3.3. Sistema de produção.....	157
3.4 Os sistemas agroflorestais indígenas	160
3.5. Os sistemas agroflorestais dos Katitauru	161
3.6. Principais espécies cultivadas e extrativas e sua importância .	165
3.6.1. Espécies dos policultivos anuais	165
3.6.2. Principais espécies extrativas	168
3.7. Organização social e rendimento do trabalho	169
3.8. Sistema de produção pecuário.....	170
3.9. Comercialização.....	170
3.10. Os frutos das observações	171

Capítulo IV - A complexa teia dos valores humanos

1. Resultados das oficinas do projeto	185
1.1. Reuniões comunitárias	198
1.2. Excursões coletivas	198
1.3. Excursões de delimitação do território.....	199
1.4. Planilha de orientação geral	199
1.5. Roteiro de entrevistas	199

1.6. Uso de trilhas imemoriais.....	200
1.7. Identificação da fauna.....	200
1.8. Descrição das moradias e utensílios de pesca	200
1.9. Pesca coletiva.....	200
1.10. Documentação fotográfica	201
1.11. Interação social com moradores dos núcleos.....	201
1.12. Principais tipos de cobertura vegetal.....	201
1.13. Plantas medicinais	203
1.14. Extrativismo animal.....	204
2. Quarto Ato: Diálogo intercultural entre teoria social e as questões ambientais.....	206
2.1. Teoria social e questão ambiental: caracterização geral.....	211
Capítulo V – Reflexões sobre educação indígena na atualidade	222
Atos Finais	234
Anexo.....	244
Bibliografia	254

Lista de Ilustrações

Quadros

Quadro 1: Censo demográfico da Terra Indígena Sararé.....	57
Quadro 2: Lista de espécies de plantas, nomenclatura científica, uso e ambiente de ocorrência	188
Quadro 3: Lista dos animais citados pelos índios.....	192
Quadro 4: Classificação de peixes na alimentação	192

Figuras

Figura 1 – Estimativa da população indígena no Brasil	27
Figura 2 – Imagens históricas dos arraiais de São Francisco Xavier, Pilar, Santa- na e São Vicente	44
Figura 3 – Mapas da construção do território brasileiro	46
Figura 4 – Terras indígenas do Mato Grosso	55
Figura 5 – Terra indígena Sararé.....	59
Figura 6 – Localização do território Nambiquara	83
Figura 7 – Bandos Nambiquara e seus territórios (áreas aproximadas).....	84
Figura 8 – Família lingüística Nambiquara, suas três línguas e seus respectivos grupos dialetais.....	85
Figura 9 – Linha Telegráfica de Marechal Rondon	86
Figura 10 – Território Nambiquara e seus limites	87
Figura 11: Características das ecozonas utilizadas pelos Katitauru e sua importância de uso	151
Figura 12: Sistema Agroflorestal Katitauru.....	160

Fotos/Créditos

Foto 01 – Foto de Rosa Galditano	02
Foto 02 – Foto de Rosa Galditano	22
Foto 03 – Foto de Rosa Galditano	34
Foto 04 – Foto de Rosa Galditano	76
Foto 05 – Foto de Rosa Galditano	88
Foto 06 – Foto de Fernando Piva	91
Foto 07 – Foto de Daniel Katitauru	109
Foto 08 – Foto de Pedro Dias	122
Foto 09 – Foto de Rosa Galditano	125
Foto 10 – Foto de Rosa Galditano	143
Foto 11 – Foto de Rosa Galditano	172
Foto 12 – Foto de Prudente P. de Almeida Neto	183
Foto 13 – Foto de Prudente P. de Almeida Neto	193
Foto 14 – Foto de Prudente P. de Almeida Neto	208
Foto 15 – Foto de Rosa Galditano	222

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

AC	Acre
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEI	Conselho de Educação Escolar Indígena do Mato Grosso
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CIMI	Comissão Indigenista Missionária
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CPI	Comissão Pró-Índio
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
FACED	Faculdade de Educação da UFBA
FFCH	Faculdade Filosofia e Ciências Humanas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTZ	Agência de Cooperação Alemã
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
INESC	Instituto de Estudos Sócios – Econômicos
ISA	Instituto Sócio Ambiental
MARI	Grupo de Educação Indígena
MCB	Missão Cristã Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MN	Museu Nacional
MT	Mato Grosso
NEPEC	Núcleo de Pesquisa e Intervenção de Currículo Comunicação e Trabalho
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAN	Operação Amazônia Nativa

PETI	Projeto de Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil
PI	Posto Indígena
PIA	Posto Indígena de Atração
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODEAGRO	Programa de Desenvolvimento Agro-ambiental do Oeste
PROSARARÉ	Projeto de Gestão Territorial e de Economia Etnoambiental na Terra Indígena Sararé
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
SEDUC/MT	Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso
SIL	Sociedade Internacional de Lingüística , antigo Sumer Institute of Languistic-Holanda
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TI	Terra Indígena
UCM	Universidade Complutense de Madrid
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo
UNI	União das Nações Indígenas
UPM	Universidade Politécnica de Madrid
USP	Universidade de São Paulo

Resumo

Esta tese descreve e analisa como a etnia Katitauru pode ser inserida e vista no espaço da comuniversidade. O contato direto do pesquisador por vivência e convivência foi o método utilizado para a aproximação das fronteiras entre os dois territórios, fortemente delimitados: o cotidiano da universidade enquanto espaço de apropriação, criação, desconstrução e recriação do conhecimento e a comunidade enquanto tecido vivo onde todas as tramas sociais, ambientais, culturais, interações e interlocuções acontecem, produzindo cultura, história, conhecimento e acúmulo de sabedoria. A metodologia caracterizou-se como pesquisa-ação e primou por manter uma relação de interlocução dialética de não subordinação entre saberes, na leitura das relações comunidade/universidade, espaços vivos de ação, aprendizagem e movimentos matizados pelas energias da cultura, dos valores, do conhecimento e dos saberes. Durante este processo de convivência com a comunidade Katitauru, foram pensadas e concebidas de forma participativa, com parcialidade, iniciativas conjuntas gestadas a partir de oficinas focadas nas dimensões sócio-ambiental, estratégica e naturalmente conduzidas pelo diálogo e diluição de expectativas que via de regra criam as instituições públicas, marcadas como de praxe por intenções de assistencialismo e/ou imposição de intervenções tecnicistas desenvolvimentistas. A pesquisa adotou abordagem etnometodológica como referência, lastreada em três bases intercomplementares: 1. análise bibliográfica de estudos antecedentes sobre a temática da educação, etnia, sociedade/comunidade e cultura, com enfoque em nosso objeto de pesquisa; 2. análise de documentos disponíveis produzidos por universidades, movimentos indígenas, órgãos de governo e pesquisas com ações/intervenções dirigidas a comunidades indígenas e não-indígenas; 3. trabalho/vivência de campo: no Mato Grosso, Rondônia e Bolívia – pesquisa-ação etno-histórica de longa duração, experienciando o processo de análise e reconstrução coletiva de um currículo alternativo e ações pedagógicas apropriadas – em Mato Grosso – especificamente observação participante na Terra Indígena do Sararé. Foi percebido que a luta pela defesa do território, pela salvaguarda da etnia, a forte relação com a natureza, a consciência da necessidade da prática de uma agricultura sustentável e da melhoria da qualidade de vida são conteúdos fundamentais e nucleares a serem trabalhados na educação escolar. Esta pesquisa-vivência, por observação participante, permitiu constatar a evidência de conflitos no diálogo e interlocução intercultural entre o global e o específico, tomando como referencial de análise e aferição as multi-diferenças. A partir dos significados de educação e “mundos” de vivências-aprendizagens percebidos e compreendidos pelos(as) participantes da pesquisa, foi possível constatar que os indivíduos membros da comunidade Katitauru, ao internalizarem e externalizarem o processo de aprendizagem-trabalho vêm transmutando e resignificando currículos e atos pedagógicos, identificando-se e legitimando-se cada vez mais, como atores lastreados nos movimentos da sociedade indígena e da comuniversidade.

RÉSUMÉ

Cette thèse décrit et analyse comment l'ethnie Katitauru peut être insérée et vue dans l'espace de la Communauté. Le contact direct du chercheur dans le vécu et la fréquentation fut la méthode utilisée pour le rapprochement des frontières très délimitées entre deux territoires fortement délimités: le quotidien de l'université en tant qu'espace d'appropriation, création, destruction et re-création de la connaissance et la communauté en tant que tissu vivant où toutes les trames sociales, ambiantales, culturelles, interactions et interlocutions surviennent, engendrant culture, histoire, connaissance et accumulations de savoir. La méthodologie s'est caractérisée comme recherche-action et en primeur pour le maintien d'une relation d'interlocution dialectique de non-subordination entre les saviors, dans la lecture des relations communauté / université, espaces vivants d'action, apprentissages et mouvements nuancés par les énergies de la culture, des valeurs, de la connaissance et des savoirs. Pendant ce processus de fréquentations de la communauté katitauru, ont été pensées et conçues de façon participative, avec partialité, initiatives conjointes gérées à partir d'ateliers focalisés dans les dimensions socio-ambientale, stratégique, et conduits naturellement par le dialogue et le décalage des attentes que, par voie de règle, fondent les institutions publiques, marquées, comme d'habitude, d'intentions assistancielles et/ou, par des positions techniciennes développementalistes. Comme référence la recherche a adopté l'approche 'ethnométhodologique, appuyé sur trois bases complémentaires: 1/ Analyse bibliographique d'études antérieures sur le thème de l'éducation ethnique, société/communauté et culture, avec pour point de vue sur notre objet de recherche; 2/ Analyse de documents disponibles produits par universités, mouvements indigènes, organismes gouvernementaux et recherches avec actions / interventions dirigées pour des communautés indigènes; 3/ Travail / vécu de terrain: au Mato Grosso, Rondonia et Bolivie – recherche – action ethno – historique de longue durée, faisant l'expérience du processus d'analyse et reconstruction collective d'un curriculum alternatif et d'actions pédagogiques appropriées – au Mato Grosso – spécialement observation participative sur la terre indigène du SARAÉ. Fut perçu que la lutte pour la défense du territoire, pour la sauvegarde de l'ethnie, la force de la relation avec la nature, la conscience de la nécessité de pratiques d'une agriculture socialement viable et de l'amélioration de qualité devaient être contenus fondamentaux et centraux à être travaillés dans l'éducation scolaire. Cette recherche-vue, par observation participative, a permis de constater l'évidence de conflits dans le dialogue et l'interlocution interculturelle entre le global et le spécifique, prenant comme référentiel d'analyse et étalonnage les multi-différences. À partir des significations d'éducation et "mondes" de vécu-apprentissages perçus et compris par les participants de la recherche, fut possible constater que les individus membres de la communauté katitauru, en intériorisant et extériorisant le processus d'apprentissage – travail passent à transformer et resignifier les curriculums et actes pédagogiques, en s'identifiant et se légitimant chaque fois plus, comme acteurs qui s'affirment dans les mouvements de la société indigène et de la communauté.

INTRODUÇÃO

“A terra sangra, especialmente em seu ser mais singular, o oprimido, o marginalizado, o excluído e a natureza pois todos esses compõem às grandes maiorias do planeta. A partir deles devemos generosamente pensar o equilíbrio universal e a nova ordem ecológica mundial. Reconstruir o ethos, a casa humana comum – a Terra – para que todos nela possam caber com sustentabilidade para alimentar um novo sonho civilizacional”. (Boff, 1993)



A humanidade chegou a um momento crítico de sua história: ou muda seus padrões comportamentais de atitudes no tecido social e no ambiente vivo, ou continuará destruindo o meio-ambiente que a cerca, focalizando o todo relacional, com todos os riscos e conseqüências da auto-destruição. As atitudes consumista e predatória são a face mais visível do traço destrutivo do homem contemporâneo, especialmente em relação à forma de apropriação dos recursos naturais no meio ambiente. Mas, não é só o estímulo às atitudes competitiva e individualista da civilização “moderna”, são raízes da crise ambiental e sócio-econômica. O individualismo isola as pessoas entre si, bem como da natureza/ambiente que os cerca. Somado à falta de valores de cooperação, generosidade e, solidariedade, impede que os indivíduos se unam para a solução de problemas comuns a partir de um pacto coletivo que leve a mudanças de atitudes dirigidas à construção de um futuro comum melhor.

Em nível político, a história da humanidade fez-se a partir de conflitos armados que, pós-Revolução Industrial, transformaram a indústria bélica numa das maiores fontes de investimentos dos países ricos dominadores, bem como, induzindo a gastos vultuosos nos países pobres, em detrimento do uso de recursos naturais e financeiros em obras mais positivas para as sociedades humanas. Além do uso dos recursos minerais para fomento da “estratégica” indústria de armas, outros fatores estão ligados à destruição ambiental do planeta: perfis industriais de alto impacto, especialmente bens de consumo derivados da agricultura extensiva ou estritamente intensiva, petroquímicos, automotivos e outros.

Todos esses traços dessa civilização – individualista, competitiva, consumista, predatória e bélica – expressam o nível de fragmentação da natureza humana: o indivíduo desenvolve-se exclusivamente através dos valores materiais da aparência e não do conteúdo; dos ganhos próprios e não do coletivo; da competição e não da cooperação; do desperdício e não da conservação; do consumo imediato e não a longo prazo; da predação e não da construção; da guerra e não da paz, do ter e não do ser, do informa-se e não do saber.

Esta natureza fragmentada e dicotômica também tem expressão cognitiva. O conhecimento atém-se aos métodos analíticos – abordam o todo através das partes – que não são complementados pelas sínteses que recomponham o todo estudado, através da integração sistêmica e dinâmica das partes. Assim, muitos livros,

discursos, artigos, currículos e programas, toda a produção intelectual da humanidade faz-se fragmentada, sem realizar um conhecimento integrado que, aliado a valores éticos também fragilizados, faz com que o ser humano se torne desintegrado, conflitivo, autodestrutivo, quer analisado sob a óptica psicológica, sociológica, ecológica ou ambiental. Nesta condição de não integrado, os conflitos se exteriorizam, destrói o ambiente, inclusive a si e ao coletivo inconscientemente e/ou perversamente.

Como catalizar processo de mudança de tais padrões ético-cognitivo-comportamentais, matizados como arquétipo no inconsciente coletivo desta civilização já em processo notório de crise existencial ?

Como contribuir para que o ser humano transforme-se:

- de individualista e competitivo, em sócio-cooperativo?
- de consumista em preservacionista?
- de predatório em construtivo?
- de bélico em pacífico?

Essa mudança de paradigma é o maior desafio e conflito da civilização contemporânea e, sem dúvida, que a educação ambiental como instrumento de intervenção está relacionada com ele. A problemática ambiental força essa reflexão e, se não conseguirmos caminhar na direção de novo modelo civilizatório para habitar sustentavelmente o planeta, estaremos vivendo os limiares de nossa própria sobrevivência, por esgotamento da capacidade de autoregeneração do planeta e da mente humana desestruturada pelos conflitos de toda natureza.

Promover estímulos à reestruturação dos valores humanos implica atuar, desde cedo, na infância e adolescência, no sentido de reintegrar sua visão de mundo, de modo que se vejam como parte integrante e complementar da natureza física e biológica, bem como das sociedades humanas, atuando como ser sensível, afetuoso, ético, generoso, cuidadoso e pacífico.

Significa reconhecer-se como indivíduo, na busca de harmonia interna e de uma nova forma de relacionamento com os outros indivíduos nas tramas sociais e com o ambiente.

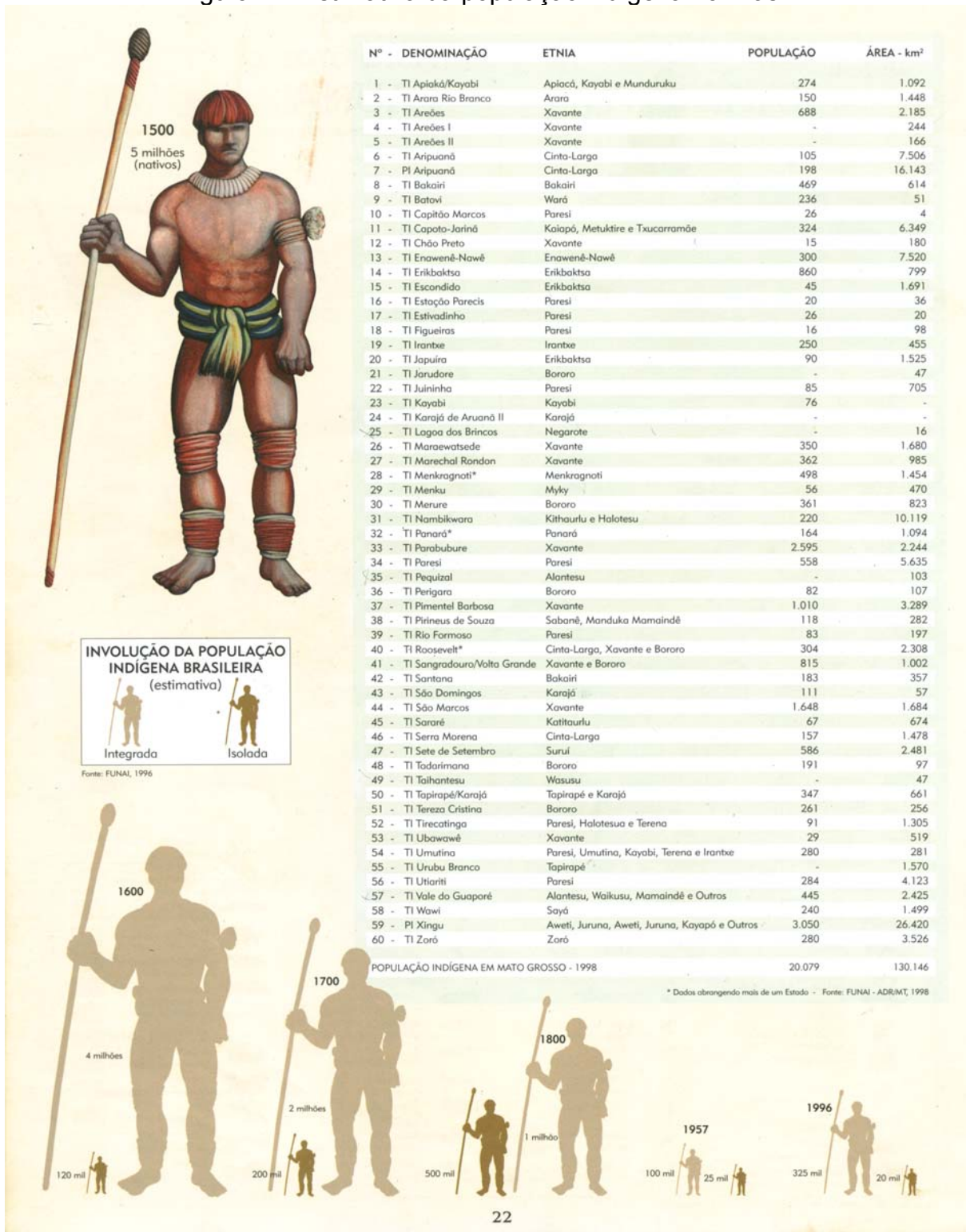
Se esse deveria ser o objetivo da educação em geral, mais o seria da educação indígena. Muito mais se justificaria, ainda, para ações/intervenções que pretendam relacionar o ensino de ciências com a educação ambiental, pois se a ciência cartesiana reducionista foi um dos principais instrumentos da ruptura homem-natureza, a Educação Ambiental poderá vir a ser o principal instrumento de reconciliação. Juntas, ambas funcionam como o antídoto adequado para a crise existencial da humanidade. Uma síntese perfeita entre conhecimento e bem estar, gerador de felicidade.

Contextualizando as questões focadas, constata-se o paradoxo de que mudanças na organização do trabalho, nos processos de produção – enfatizando-se aqui os setores de produção do conhecimento (Giddens et alli, 1991), vêm exigindo a superação dos estreitos limites dos programas tradicionais de educação escolar, de produção do conhecimento e de formação profissional orientada para ocupações específicas (Burnham et alli, 1994).

Assim no cerne do tecido cultural e psiquê das etnias indígenas no seu amplo processo de genuína gestão territorial e desenvolvimento etnoambiental, essa investigação pretende analisar, apreender e compreender, historicamente, as diversas iniciativas desenvolvidas pela etnia Nambiquara e contribuições para a construção de um discurso e valorização das práticas locais, mais significativas, sobre a relação entre a educação, o conhecimento e a sabedoria, numa perspectiva de vivenciar a comuniversidade, e concomitantemente buscar uma sistematização teórica sobre o sentido e constituição do currículo dentro do enfoque das “novas tecnologias” agroflorestais para o desenvolvimento etnoambiental da comunidade Katitauru como motivação para aprofundar e explicitar a imbricação homem-tecnologia. Especialmente, buscar referências para a criação e desenvolvimento de uma nova ênfase humanista para a prática pedagógica e educacional, necessária às sociedades contemporâneas, na perspectiva de tecer uma lógica apropriada de autonomia, pós-contato, do pensar e atuar na sobrevivência de uma cultura original.

Esta investigação permite constatar o uníssono entre os estudiosos indigenistas, de que os povos indígenas nada têm a comemorar nesses 504 anos. Ocorreu nesse período um lastimável e sistemático extermínio: eram 5 milhões de indivíduos quando os portugueses aqui chegaram, invadindo sua terras, e são hoje cerca de 340 mil (Figura 1).

Figura 1 – Estimativa da população indígena no Brasil.



Fonte: Atlas Geográfico do Mato Grosso, 2001.

Mais do que um descobrimento, caracteriza-se uma invasão, seguida de uma das colonizações mais selvagens e espoliativas da história. Não ocorreu um encontro de culturas, mas um choque cruel de culturas, em que uma foi massacrada, literalmente.

Ao iniciar esta pesquisa, duas hipóteses centrais foram assumidas como referências teóricas para reflexão, através de pesquisa participante. A primeira, que o processo educativo (a escola indígena) é decisivo, fundamental para a construção do desenvolvimento sustentável e para a própria sobrevivência das etnias indígenas. A segunda, que a motivação da inovação tecnológica, será prioritariamente influenciada por fatores da dimensão sócio-econômica da sobrevivência pós-contato, na busca de arranjos produtivos e agrocompatíveis.

As relações de pesquisa em comunidades estão a cada dia mais desgastadas, em consequência da adoção de métodos e práticas inapropriadas. Servir de cobaia, de meros sujeitos anônimos de um estudo que, muitas vezes, não lhes dá o mínimo retorno, não é mais aceito, especialmente onde há algum tipo de organização política. É comum a academia produzir o conhecimento e esperar que o Estado ou que alguém se aproprie dele dando-lhe alguma aplicação prática e esquecendo-se de que nem sempre esses produtos são inteligíveis ou decodificáveis. Repensar as relações entre conhecimento e compromissos sociais da universidade parece cabível neste momento.

A relevância do “Projeto Sararé”¹ reside, sobretudo, em seu caráter experimental piloto, na busca do estabelecimento de novas possibilidades de relação entre universidade e comunidade, que culminaria, um dia, na constituição de um sujeito diferenciado composto pelas duas partes, através do estreitamento da relação universidade/sociedade, expressão da função/missão social da instituição pública de ensino e pesquisa.

Este projeto, se não vai de encontro aos planos oficiais para reestruturação da instituição pública, ao menos pode oferecer alguns elementos que ajudem a repensá-la. Um trabalho tateante, de experimentação num contexto de crise não apenas das formas tradicionais de conhecimento, mas, também, da própria sobrevivência da universidade enquanto bem público, parece pertinente.

¹ Projeto Sararé ou PROSARARÉ, trata do projeto de gestão territorial e de economia etno-ambiental da terra indígena Sararé, elaborado por Almeida Neto e Santos, 2001, em parceria com FUNAI/PNUD.

Vale pontuar que trabalhos/estudos com essas características têm importância para a instituição, na medida que contribua para a construção de novos processos paradigmáticos para a formação profissional e produção do conhecimento. Sob o ponto de vista social, no momento em que se colocam as questões de cidadania e do desenvolvimento humano, a ênfase em processos sociais que procuram construir a auto-estima, o autoconhecimento e autonomia do sujeito devem propiciar o surgimento de novas subjetividades que fundamentarão a compreensão do desenvolvimento de comunidades, como lastro orientativo de intervenções e re-construção de estratégias metodológicas de atuação em ensino, pesquisa e extensão.

Uma marca desta pesquisa é justamente não partir de uma única metodologia prévia, o que iria de encontro aos objetivos da pesquisa participativa para o caso estudado. O método deve ser escolhido, ou até inventado, a depender das situações e das ações que forem se estabelecendo através da convivência. Não há noção de métodos que direcionem as atividades nas interfaces dos processos sociais. Geralmente, todos meios têm como fundante a produção do conhecimento a partir de um sujeito que, em geral, é a *universidade*.

Por outro lado, a comunidade também tem expectativas em tomo da atuação dessa *universidade*. Normalmente, espera a apresentação de uma solução para os seus problemas. A valorização dos produtos que a comunidade produz (a positividade da região) não é trabalhada, o que confere a qualquer intervenção externa um caráter salvacionista, principalmente quando vem de uma instituição que é socialmente reconhecida como a grande referência em matéria de produção de conhecimento.

Este trabalho tem o propósito de estudar as formas como os Nambiquara do Sararé, especialmente, os grupos indígenas agregados como Katitauru² ocuparam o seu território e como ocupam-no atualmente, induzidos por forças da sociedade nacional, sobretudo as agências de contato³, as agropecuárias e as sucessivas levadas de invasores (garimpeiros e madeireiros) que exploraram a região do vale do

² Katchitauru, pronúncia e escrita aproximada ao português. A grafia adotada pelo SIL-Summer Institute of Linguistics inclui números sobrescritos aos morfemas para registros de diferentes tons e subtons nambiquara, criando uma escrita esdrúxula e diferente das grafias das línguas latinas, em outras palavras, dificultando seu uso pelos usuários comuns, quase todos iniciantes na escrita portuguesa e nambiquara.

³ Respectivamente pela ordem de chegada e instalação no Sararé – Missão Cristã Brasileira de Vila Bela-MT (a partir de 1960) e a FUNAI (1975)

rio Sararé no noroeste mato-grossense.

A focalização formulada da questão central e outras percepções foram sendo re-orientadas e, muitas vezes, reformuladas na dinâmica do processo vivido.

A vivência-pesquisa por contato sistemático com a comunidade indígena Katitauru, em interações com ações/intervenções de organismos fomentadores de políticas de governo e da universidade federal local, constitui-se em rico contexto para leitura e autoreflexão crítica da minha postura enquanto sujeito atuante no setor da formulação e execução de programas/projetos de extensão universitárias em comunidades.

Foi oportunidade de estar atento para sentir e vivenciar como os sabers tradicionais internalizados são passados e aplicados nas formas de apropriação e gestão dos recursos naturais, a partir de uma leitura focalizada pelos fundamentos da etnociência. Desenvolvida pelos trabalhos pioneiros de Conklin (1957) propõe-se estudar as categorias semânticas indígenas próprias dos objetos e fenômenos naturais, que identifica uma organização social baseada no grau de parentesco e coexistência harmoniosa de objetos naturais extremamente diversos.

A compreensão a partir das categorias semânticas permite o acesso, não somente ao conhecimento que uma sociedade adquiriu sobre o meio natural no qual ela vive, mas igualmente à sua visão de mundo (Diegues, 2000).

Para Emile Durkheim (1983), a representação coletiva do espaço reflete a noção que uma sociedade tem desse espaço, configurando-o como uma representação social. Denise Maldi (1995), comentando a discussão durkheiminiana sobre consciência coletiva do espaço reafirma que os conceitos coletivos têm papel preponderante no conhecimento, porque são “*quadros permanentes da vida mental*” que refletem a sociedade: “*Porque o universo não existe senão enquanto é pensado e porque ele não é pensado totalmente senão pela sociedade*” (Durkheim, 1983).

M. Sahlins argumenta que “*a história é ordenada culturalmente na prática, de acordo com esquemas de significações das coisas*” e que o seu reverso também faz sentido, “*os esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática*” (Sahlins, 1990: 7).

Reocupações de territórios indígenas, permanentes ou sazonais, entre os

Nambiquara, alternam-se em respostas às mudanças provocadas por pressões externas, ou mesmo, confirmando o que já dizia Mauss, “*quando fazem parte de regimes sociais distintos de ocupação do território*” (Mauss, 1974). O território é uma construção cultural e social edificada no confronto com o invasor. Afirmar para o outro sua identidade com o espaço que usa e ocupa tradicionalmente, nela delimitando marcas de sua presença, é também reconhecer no entorno desse espaço, a alteridade e a territorialidade de outras etnias. As ocupações como aldeias, áreas cultivadas, áreas recorrentes de caça, coleta e pesca, cemitérios, aldeia dos mortos, lugares míticos sinalizam marcas culturais na composição e reconstrução do espaço reconhecido como território.

A resistência *Katitauru* por dois séculos e meio, sem contato permanente com os Kwatyansu⁴ (os brancos, ou os não índios, os civilizados) expressou uma escolha deliberada dos índios a continuarem com seu padrão de vida, não aceitando o papel que aquela civilização colonizadora lhes propunha serem escravos e desterrados.

Os Nambiquara do Sararé, ao aceitarem o contato com segmentos da sociedade nacional, de forma pacífica e permanente, a partir de 1960, acreditaram estar fazendo alianças com novos amigos, que, na concepção dos índios, poderiam ser provedores de bens e serviços externos almejados pela comunidade indígena. Correspondesse essa representação que os índios tiveram dos brancos, diminuiria os motivos de confrontos externos entre os índios do Sararé e a população não índia, como por exemplo, o movimento para fora de suas terras para conseguirem ferramentas agrícolas ou então para circularem livremente pelos seus territórios de caça e coleta. Infelizmente, o contato não trouxe apenas a amizade de novos aliados, trouxe também problemas que os índios, sozinhos, já não conseguiam resolver, como epidemias, invasões e desmatamentos em grandes proporções no seu território e, por conseguinte, o enfraquecimento da comunidade indígena que se viu ficando dependente de proteção e assistência junto à aldeia.

Antropólogos tais como Levi-Strauss (1979), Roquette Pinto (1975), Oberg (1953), afirmaram que os Nambiquara vivem diferentes regimes sociais; concentrando a ocupação em aldeias, com agrupamentos maiores em determinada época do ano e dispersando em acampamentos com bandos menores em outras

⁴ Pronuncia-se como kuatchadnçu, refere-se aos não índios, brancos ou negros, e literalmente significa comedores de feijão. Quando se refere a gente que tem espírito de índio a palavra é *anunsu*.

ocasiões. Price (1972), contesta Lévi-Strauss em relação a essa afirmativa sobre os Nambiquara do Campo, que eram os que habitualmente visitavam a linha telegráfica e, quando então constituíam em objetos de observação de pesquisadores, também em caráter de visitas. O conhecimento das aldeias Nambiquara, atualmente, permite confirmar que haviam aldeias com roças e vida social sedentária durante todo o ano. Mas corrobora também que os Nambiquara, sem ser necessariamente toda a aldeia, e sem que seja apenas no período da seca, ausentam-se por longos períodos para caçadas, coletas, pesca e visitas aos grupos aliados, improvisando abrigos no itinerário das perambulações, retornando depois disso à sua aldeia.

Gallois (1993), estudando os *Waiãpi*⁵ observou que o processo de apropriação e defesa do espaço territorial, efetivou-se pela auto-representação coletiva de uma base territorial exclusiva "*jane ywy*" (nossa terra) alternando do modelo de ocupação concentrada, provocado pelo contato, para o modelo de ocupação dispersa, sendo este mais característico da sociedade *Waiãpi*. No caso dos remanescentes *Katitauru*, o território tradicional está sobreposto ao "*locus*" de origem mítica do povo Nambiquara, desde tempos imemoriais, e a defesa desse espaço coletivo abrange modos próprios de ocupá-lo.

Pacheco (1998), comentando Leach (1974), observa que "*as generalizações dos antropólogos estão sempre marcadas pelas sociedades que cada um deles estudou*". Como indigenista, antes de estudar Antropologia, vivenciei trabalhos de campo junto aos índios Nambiquara, estive sujeito à tendência de mesclar conhecimentos empíricos, da convivência que tive com os povos indígenas, com conhecimentos antropológicos apreendidos posteriormente, podendo resultar daí uma etnografia comprometida com a situação indígena.

Minha experiência junto aos Nambiquara, foi iniciada sob orientação do historiador/antropólogo Ariovaldo José dos Santos que, durante nove anos, coordenou a implementação do Projeto Nambiquara, tendo como paradigma prestar assistência indigenista móvel a todos os grupos conhecidos da sociedade Nambiquara, no sul de Rondônia e oeste de Mato Grosso, sendo atualmente o administrador regional da FUNAI em Cuiabá-MT.

⁵ Waiãpi, etnia localizada no Estado do Amapá, referindo-se a um modelo de ocupação similar ao do Katitauru.

Na realidade, a pesquisa não está associada a um método fechado de trabalho. Nesse caso, recorreu-se a multirreferencialidade construída com a convivência, com a aproximação. A ação trata-se muito mais de *sentir* do que de traçar, previamente, um plano metodológico, pois cada ambiente é uma realidade diferente e os indivíduos reagem de formas diversas, dependendo do momento, do interlocutor, de uma série de fatores que podem fugir ao controle. Adotamos referencial teórico-metodológico, aplicando a multirreferencialidade segundo abordagens de Fróes Burnham (1993, 1997 e 1998), Ardoino (1993 e 1998), Macedo (1998 e 2000) e Cortes (2001).

Dentro dessa lógica, a estratégia que norteou as ações da pesquisa foi a busca da visualização de um sujeito coletivo. Assim sendo, o mais importante nessa experiência foi, sem dúvida, o proveito de estar buscando na essência um índio plural em afinidades, idéias, posturas e conhecimentos pessoais, mas que convive e atua em prol de um ideal uno comum, acima de tudo solidários entre si.

Nessa caminhada, procurou-se a ação como um sujeito coletivo, um ente uno, porém multifacetado que sobreviveria com uma atuação sincrônica de suas partes, as quais guardavam suas próprias individualidades e respeitavam a das demais. Porém, vale lembrar, esse sujeito só se completaria e funcionaria efetivamente com a participação de outras peças: os nativos que aceitassem participar com atores ativos na pesquisa. Esta é a essência do sujeito coletivo: respeito à diversidade.

Nesse sentido, avaliou-se como procedimento mais adequado deixar que as pessoas envolvidas no complexo tecido das relações com os Katitauru apontassem indicadores para que se iniciasse algumas ações conjuntas pensadas para que os próprios índios, se assim o desejassem ou tivessem condições, prosseguissem. Estes processos interativos vivenciais, que envolvem *sujeito-universidade* e *sujeito-sociedade*, são capazes de instaurar um desenvolvimento humano no *sujeito-sociedade* que conduza a autonomia deste, e ao mesmo tempo, explicitem novos objetos e novas abordagens para a produção do conhecimento desenvolvido pelo *sujeito-universidade*.

Alguns termos-chave matizam esta metodologia: convivência, diversidade, respeito, valorização, autonomia. Como articulá-los num trabalho que envolve um sujeito tão “solitário” quanto à universidade e um outro extremamente indeterminado

como a sociedade indígena? A resposta está sendo ainda tentada, construída, compreendida e reformulada ao longo do processo que se desencadeia no Sararé .

No capítulo 1 – Índio: um ser desconhecido – é apresentada uma caracterização geral dos Nambiquara para depois me ater aos grupos do Sararé, agrupados hoje como *Katitauru*. Observa-se que os Nambiquara têm sido pouco estudados sob o ponto de vista antropológico. As observações de campo, conjugadas à pesquisa etnográfica, procuram convergir para as concepções Nambiquara de cultura, espaço e implicações do contato.

No capítulo 2 – Descortinando os saberes – recorre-se à etnografia sobre os Nambiquara para, junto com a historiografia regional, fundamentar o estudo das reocupações dos Nambiquara do Sararé e sua resistência à “civilização para dominação”. As mudanças do modo de ocupação dispersa para o modo de ocupação centralizado têm implicações que são analisadas sob a perspectiva de reconhecer como a volta ao tradicional tem sido predominante e recorrente nas alternâncias de modo de ocupação *Katitauru*. Essas adaptações, de alguma maneira, os tem salvado da extinção.

No capítulo 3 – O aprendizado da Comuniversidade e o diálogo intercultural – são trabalhadas noções de Terra Indígena e Território, buscando embasamento na representação coletiva do espaço entre sociedade e natureza. Recorrendo a Durkheim, enquanto clássico de representações coletivas, e a Sahlins, como sinalizador da etnicidade vinculada ao território, enquanto reconstrução cultural e histórica. Por outro lado, o antropólogo Oliveira Filho trata de conceituações do processo político-jurídico de Terra Indígena sob a égide do Estado. Gallois e Maldí, refletindo argumentos de Durkheim, Sahlins e Pacheco discorrem que Território remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da sociedade específica em sua base territorial.

No capítulo 4 – A complexa teia dos valores humanos – são apresentados alguns resultados da experiência *Katitauru* no processo de retomada de seus espaços recém desintrusados⁶ e na reconstrução do novo território alicerçado no auto-reconhecimento de seus valores culturais em contraponto às dependências

⁶ Desintrusados, termo técnico jurídico, que se refere à retirada de invasores de territórios e/ou terras da união.

adquiridas com o contato. Há ainda uma reflexão sobre a teoria social e a questão ambiental em perfeita interface com a vivência experienciada nesta pesquisa.

No capítulo 5 – Reflexões sobre a educação indígena na atualidade – é apresentada sucinta e objetiva avaliação da educação indígena sempre alicerçada na crítica fundante ao modelo hegemônico adotado pelo Estado.

No Ato final respondendo aos anseios do grupo Katitauru, atendo-me a perpetuar um relacionamento inacabado dos entre saberes branco-índio. As perspectivas não são de retrocesso, mas de construção de parâmetros de gestão territorial que tenha os índios do Sararé como os principais atores. O habitat resignificado, não mais como o resgate do ponto zero de ocupação imemorial, mas como uma unidade dinâmica da paisagem social, cultural e ambiental, potencialmente provedora das condições imprescindíveis à continuidade da vida *Katitauru*.